



Contas Nacionais
numero 82

Sistema de Contas Nacionais

Brasil

2019

Notas técnicas

Presidente da Republica
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretario Especial do Tesouro e Orcamento
Esteves Pedro Colnago Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretora-Executiva
Marise Maria Ferreira

ORGAOS ESPECIFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociencias
Claudio Stenner

Diretoria de Informatica
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentacao e Disseminacao de Informacoes
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciencias Estat sticas
Maysa do Sacramento de Magalhaes

UNIDADE RESPONSAVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenacao de Contas Nacionais
Rebeca de La Roque Palis

Ministerio da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
numero 82

Sistema de Contas Nacionais

Brasil
2019

Notas técnicas



Rio de Janeiro
2021

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ -
Brasil**

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos as Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Contas Regionais do Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

ISBN 978-65-87201-88-7

© IBGE. 2021

Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo que apresenta comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos sobre os principais resultados do estudo, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, objeto deste documento, traz considerações de natureza metodológica sobre o estudo e é veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumario

Apresentacao	4
Introducao	5
Implantacao da serie do Sistema de Contas Nacionais - referencia 2010	6
Disseminacao dos resultados	8
Referencias	13
Glossario	14

Convencoes

-	Dado numerico igual a zero nao resultante de arredondamento;
..	Nao se aplica dado numerico;
...	Dado numerico nao dispon vel;
x	Dado numerico omitido a fim de evitar a individualizacao da informacao;
0; 0,0; 0,00	Dado numerico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numerico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numerico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numerico originalmente negativo.

Apresentacao

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com esta publicação, dá prosseguimento à divulgação dos resultados da série do Sistema de Contas Nacionais, referência 2010. A nova série, apresentada ao público pela primeira vez em março de 2015, mantém a sistemática de revisões periódicas do Sistema de Contas Nacionais do Brasil em conformidade com as recomendações internacionais.

Em 2016, o IBGE divulgou a metodologia do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, na Série Relatórios Metodológicos. Além da metodologia, continua disponível no portal do IBGE na Internet um conjunto de notas metodológicas em que são apresentados os quadros que compõem o Sistema de Contas Nacionais do Brasil e os detalhes das mudanças realizadas com a implantação da série referência 2010.

Além de se adequar às recomendações internacionais presentes no novo manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, a série referência 2010 é aperfeiçoada em alguns pontos específicos, tais como: adoção de nova classificação de produtos e atividades integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0; introdução dos resultados do Censo Agropecuario 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 e do Censo Demográfico 2010; atualização da matriz de consumo intermediário, bem como das margens de comércio e de transporte com base em pesquisas específicas; e atualização das estruturas de impostos e utilização das informações da Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física, obtidas na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Foi também introduzida uma nova taxonomia para os ativos não financeiros, seguindo as novas recomendações internacionais que ampliou o escopo da formação bruta de capital fixo, como por exemplo, a inclusão dos produtos de propriedade intelectual.

Cimar Azeredo Pereira
Diretor de Pesquisas

Introducao

Com esta publicacao, o IBGE apresenta para 2019 os resultados do Sistema de Contas Nacionais - referencia 2010, dando prosseguimento a rotina de revisoes consoantes com as recomendacoes internacionais¹.

A atual metodologia, com base na recente revisao de conceitos apresentada no novo manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008 (UNITED NATIONS, 2009), mantem a recomendacao anterior para que as series a precos constantes sejam sempre calculadas a precos do ano anterior, as series chamadas base movel. Assim, a atualizacao das ponderacoes passa a ser permanente, nao havendo mais sentido em se falar de atualizacao de ponderacoes. As variacoes de volume e preco, resultantes dos valores a precos do ano anterior, sao definidas como variacoes base movel, refletindo a variacao do valor medio de um ano em relacao ao valor medio do ano anterior.

Nessa concepcao, e necessario destacar os conceitos utilizados. Adota-se a terminologia "referencia" em "ano de referencia" para o ano no qual e realizada uma grande intervencao em uma serie de Sistema de Contas Nacionais. No ano de referencia, e implementado um conjunto de mudancas na serie, de forma que, para o ano determinado, o Sistema de Contas Nacionais a precos correntes seja estimado com o maior nivel de detalhe, procedimento que leva mais tempo a ser desenvolvido e, portanto, nao poderia ser efetuado todos os anos. As mudancas realizadas em um ano de referencia sao particulares a cada pais.

Apos o calculo do ano de referencia, a reestimacao dos anos anteriores e realizada, processo este chamado de retroplacacao. Com isso, e estabelecida uma nova serie temporal atualizada e coerente no periodo estabelecido.

O chamado ano-base corresponde ao ano de referencia para as variacoes de volume e preco. No caso brasileiro, segue-se a recomendacao internacional: a base para as variacoes e o ano anterior, o que caracteriza a serie como uma serie com base movel.

No Brasil, nao sao estimadas as series encadeadas no Sistema de Contas Nacionais anual, sendo estas publicadas apenas nas Contas Nacionais Trimestrais. A estimacao de uma serie encadeada e feita a partir de um ano estabelecido como base e, utilizando-se os indices de volume base movel, estima-se por encadeamento desses indices uma serie com base fixa em um ano. O encadeamento produz uma serie de numeros indices com 100 no ano-base e valores a precos do ano-base, chamados valores encadeados.

Com a atual referencia 2010, incorporou-se uma nova classificacao de atividades e produtos, novas fontes de dados, revisoes conceituais e metodologicas, e resultados de pesquisas especificas realizadas para estabelecer marcos estruturais

¹ Uma referencia sobre os processos de revisao das series de Contas Nacionais e o documento: GRUPO DE EXPERTOS ASESORES DEL PROCESO DE ACTUALIZACION DEL SCN 1993. *Actualizacion del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusion de los participantes*. Santiago de Chile: Comision Economica para America Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponivel em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/AEG/recommendations/flprsp.pdf>. Acesso em: out. 2021.

atualizados. Citam-se, como exemplos, a Pesquisa de Orcamentos Familiares - POF 2008-2009, o Censo Agropecuario 2006 e estudos especificos sobre as margens de comercializacao de bens, tambem realizados pelo IBGE.

Uma das regras adotadas em um Sistema de Contas Nacionais e que mudancas profundas nas series sejam feitas em periodos determinados, de forma a se evitar que os anos da serie percam comparabilidade.

A dinamica da economia exige que se mantenha permanente discussao, em foruns especificos, entre os diversos Institutos de Estatistica e Bancos Centrais compiladores de Contas Nacionais, em conjunto com organismos internacionais, com vistas a atualizar ou expandir as metodologias de tal forma que reflitam as modificacoes ocorridas na economia e na sociedade. A partir dessas discussoes, originam-se as revisoes conceituais e metodologicas internacionais que devem ser adotadas oportunamente nos Sistema de Contas Nacionais dos pa ses. O SNA 2008 apresentou, por exemplo, novos instrumentos financeiros, mudancas no tratamento dos fundos de pensao e uma nova classificacao para os ativos que constituem a formacao bruta de capital fixo.

Finalmente, cabe ressaltar que, na construcao do ano de referencia de um Sistema de Contas Nacionais, existem dados, estruturas e taxas que nao sao poss veis de estimar todos os anos devido ao tempo necessario para a realizacao do levantamento de dados e a conseq uente analise e incorporacao no Sistema. Assim, na compilacao do ano de referencia da serie, se despende um tempo maior procurando atualizar esses parametros. Sao exemplos: as estruturas de margens de transporte e comercio, o vetor de consumo das familias, a matriz de consumo intermediario, entre outros.

Implantacao da serie do Sistema de Contas Nacionais - referencia 2010

A rotina de revisoes das series do Sistema de Contas Nacionais, a publicacao do novo manual internacional *System of national accounts 2008*, SNA 2008, a revisao da Classificacao Nacional de Atividades Economicas - CNAE e o surgimento de novas fontes de dados para a economia brasileira indicaram a necessidade de atualizacao da serie do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Especificamente, os seguintes pontos foram objetos de revisao na serie vigente:

- adocao de nova classificacao de produtos e atividades no Sistema de Contas Nacionais, integrada com a CNAE 2.0, e, conseq uentemente, com a revisao 4 da Clasificacion Industrial Internacional Uniforme de Todas las Actividades Economicas - CIIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC);
- introducao dos resultados do Censo Agropecuario 2006, da Pesquisa de Orcamentos Familiares - POF 2008-2009 e do Censo Demografico 2010;
- atualizacao da matriz de consumo intermediario com dados da Pesquisa de Consumo Intermediario - PCI 2010 para as seguintes atividades economicas: extrativa mineral; industria de transformacao; construcao

civil; e serviços. A atualização da estrutura de consumo intermediário das atividades agropecuárias foi realizada com base no Censo Agropecuario 2006;

- atualização das margens de comércio e de transporte com base em pesquisas específicas e na Pesquisa Anual de Serviços - PAS 2010;
- atualização das estruturas de impostos com base na revisão das alíquotas e nas novas estruturas de consumo;
- utilização dos dados da Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física como referência para parte dos resultados do setor institucional Famílias nas Contas Econômicas Integradas - CEI; e
- adoção das recomendações e modificações conceituais e metodológicas apresentadas no manual internacional SNA 2008.

Com a publicação do SNA 2008, foram introduzidas algumas modificações conceituais que impactaram os resultados dos agregados econômicos em geral e, especificamente, do Produto Interno Bruto - PIB. Esse é o caso da nova taxonomia para os ativos não financeiros, que ampliou o escopo da formação bruta de capital fixo. Como exemplos, tem-se que todos os gastos em *softwares* e pesquisa e desenvolvimento (P&D) passaram a ser tratados como formação bruta de capital fixo e não mais como consumo intermediário².

Foi introduzido também no SNA 2008 um capítulo específico sobre governo e setor público³. O capítulo consolida diversos conceitos dispersos pelo manual, que se relacionam com as atividades de governo, e estabelece a ligação com outros sistemas estatísticos, em particular o *Government finance statistics manual*, publicado, em 2014, pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF).

Desta forma, o Sistema de Contas Nacionais incorporou em seus resultados informações, para alguns agregados macroeconômicos, referentes aos setores institucionais Empresas não financeiras e Empresas financeiras por origem de capital, público e privado, e sobre o total dos setores privado e público. O setor público é composto pelos setores institucionais Governo geral, Empresas não financeiras públicas e Empresas financeiras públicas; o setor privado engloba os setores institucionais Famílias e Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias, as Empresas não financeiras privadas e Empresas financeiras privadas.

A série vigente do Sistema de Contas Nacionais não incorporou novas pesquisas estruturais anuais, como ocorreria na série anterior, com referência no ano 2000, quando foram adotadas a Pesquisa Industrial Anual - Empresa, PIA-Empresa, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, a Pesquisa Anual de Comércio - PAC e a Pesquisa Anual de Serviços - PAS como marcos de referência dos valores correntes. Tais pesquisas permanecem estruturantes no Sistema de Contas Nacionais

² Para informações mais detalhadas, consultar o Capítulo 10, Seção B, **Gross capital formation**, do manual SNA 2008, no endereço: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Para o caso específico dos *softwares*, cabe destacar que a recomendação internacional para o tratamento como formação bruta de capital fixo já estava prevista desde a edição do SNA 1993.

³ Para informações mais detalhadas, consultar o Capítulo 22, **The general government and public sectors**, do manual SNA 2008, no endereço: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>.

- referencia 2010, bem como a Escrituracao Contabil Fiscal - ECF e outros registros que trazem informacoes de atividades nao investigadas pelas pesquisas do IBGE.

Disseminacao dos resultados

Nesta publicacao, o IBGE apresenta os resultados definitivos, que compoem as Tabelas de Recusos e Usos - TRU, a precos correntes e a precos constantes do ano anterior para o periodo 2010 a 2019, alem das series retropoladas de 2000 a 2009. Tambem sao divulgadas as CEI para os cinco setores institucionais (Empresas nao financeiras, Empresas financeiras, Governo geral, Fam lias e Instituicoes sem fins de lucro a servico das fam lias) em valores correntes, bem como um conjunto de tabelas sinoticas para o mesmo periodo.

Desta forma, no portal do IBGE na Internet, estao disponibilizadas:

- as series completas das TRU, desde o ano de 2010, com a classificacao da nova serie, sendo 68 atividades e 128 produtos;
- as series completas das TRU desde o ano 2000 (que inclui, tambem, a retropolacao da serie de 2009 a 2000), com agregacao de atividades e produtos compat veis com a serie anterior, adaptada as mudancas da CNAE 2.0, sendo 51 atividades e 107 produtos;
- as series das TRU (2000-2019) com 12 atividades economicas;
- a serie por secoes da CNAE (2010-2019) equivalentes ao n vel de Secao da Clasificacion Industrial Internacional Uniforme de Todas las Actividades Economicas - CIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC), que corresponde a 20 atividades;
- as Contas Economicas Integradas - CEI desde o ano 2000 (com a conta financeira e a conta de patrimonio financeiro com os resultados definitivos); e
- as tabelas sinoticas com 12 atividades, 68 atividades, 51 atividades e por secoes da CNAE (20 atividades) equivalentes ao n vel de secao da Clasificacion Industrial Internacional Uniforme de Todas las Actividades Economicas - CIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC), das CEI com maior n vel de desagregacao das transacoes.

As informacoes apresentadas nas TRU mostram os fluxos de oferta e demanda dos bens e servicos e, tambem, a geracao da renda no processo produtivo e do emprego em cada atividade economica. Os dados que compoem as CEI oferecem uma visao de conjunto da economia, por setor institucional, e descrevem seus fenomenos essenciais: producao, consumo e acumulacao. Fornecem, ainda, uma representacao compreens vel e simplificada, porem completa, desse conjunto de fenomenos e das suas inter-relacoes.

Em geral o consumo intermediario a precos correntes do ano anterior, valores constantes, e calculado respeitando o ndice de volume da producao da atividade.

Entretanto o rompimento da barragem de Brumadinho, da mineradora Vale, ocorrido em 25.01.2019, gerou um impacto no valor do consumo intermediário da indústria extrativa, obtido pela Pesquisa Industrial Anual - PIA, e, nesse caso, em 2019, para o total de consumo intermediário da atividade extrativa de minério de ferro foi aplicada a estrutura por produto de consumo intermediário de 2018 e, por deflação foi obtido o consumo intermediário a preços constantes do ano anterior. Por outro lado, o evento de Brumadinho teve também impacto no aumento de investimento da empresa. Assim, com a incorporação desses novos dados sobre o impacto econômico do rompimento da barragem de Brumadinho, a atividade extrativa mineral apresenta uma queda de 9,1% ajustada em relação a queda de 0,9% apresentada nos resultados preliminares para o ano advindo das Contas Nacionais Trimestrais.

A construção das contas econômicas consiste na montagem de uma sequência de contas de fluxos inter-relacionadas e, ao mesmo tempo, articuladas com as contas de patrimônio (estoques). Essas contas mostram, também, as relações entre a economia nacional e o resto do mundo e são apresentadas em três grandes subconjuntos:

- Contas correntes (produção, distribuição e uso da renda);
- Contas de acumulação (capital e financeira); e
- Contas de patrimônio (ativos e passivos de abertura e fechamento).

As contas econômicas, atualmente publicadas para o Brasil, apresentam os resultados das contas correntes, de capital e de patrimônio financeiro.

As tabelas sinóticas apresentadas nesta publicação contêm os principais resultados anuais para a economia brasileira no período destacado. Essas tabelas são construídas a partir de informações provenientes tanto das TRU quanto das CEI.

Analisando as tabelas sinóticas, é possível identificar as principais grandezas macroeconômicas calculadas no Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Pode-se, para cada ano, obter as informações agregadas para o conjunto da economia nacional sobre a magnitude do PIB; a composição da oferta e da demanda agregada; a geração, distribuição e uso da renda nacional; a acumulação de capital; a capacidade ou necessidade de financiamento; as transações correntes com o resto do mundo; a composição do PIB, segundo as três óticas (produção, despesa e renda); a população, emprego e renda *per capita*, entre outras informações sobre os agregados macroeconômicos.

A Tabela 1 apresenta, assim, uma visão sintética do panorama econômico, mundial e nacional, de acordo com um conjunto de indicadores selecionados.

As Tabelas 2 a 6 sintetizam os resultados das TRU. Elas facilitam a compreensão da articulação das Contas das Atividades Econômicas (TRU) com as Contas dos Setores Institucionais (CEI):

Tabela 2 - Economia nacional - Conta de bens e serviços. Esta tabela apresenta, para o total da economia nacional, os agregados referentes a oferta de bens e serviços (valor bruto da produção, mais importações, a preços básicos, impostos e subsídios sobre produtos), consumo intermediário e componentes de demanda final, a preços de consumidor. Nesta tabela, os recursos (produção, importação, impostos e subsídios a produtos) são registrados à esquerda, enquanto

os usos (consumo intermediário, despesa de consumo final, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e exportação) à direita, o que a mantém integrada com o corpo das CEI. Ela representa a identidade fundamental do Sistema de Contas Nacionais, onde o total da oferta de bens e serviços deve ser alocado em um determinado uso. É possível, também, examinar a composição do PIB por duas das três óticas:

Ótica da produção: $PIB = \text{Valor bruto da produção} - \text{consumo intermediário} + \text{impostos} - \text{subsídios sobre produtos}; e$

Ótica da despesa: $PIB = \text{Consumo final} + \text{formação bruta de capital fixo} + \text{variação de estoques} + \text{exportações} - \text{importações}.$

Tabela 3 - Economia nacional - Contas de produção, renda e capital. Esta tabela apresenta os resultados das contas de produção, da renda e de acumulação para o total da economia.

Tabela 4 - Economia nacional - Conta das transações do resto do mundo com a economia nacional. Esta tabela apresenta os valores relativos às transações efetuadas pelos agentes econômicos residentes no País com não residentes⁴ (definidos como resto do mundo no Sistema de Contas Nacionais). Por coerência com o corpo das CEI, os usos são representados à esquerda e os recursos, à direita.

Como as transações nesta conta são registradas na perspectiva do resto do mundo, as exportações brasileiras, assim como as demais receitas registradas no Balanço de Pagamentos, são classificadas como usos dos agentes residentes no exterior. As importações e demais despesas dos agentes econômicos residentes no Brasil são consideradas como recursos do resto do mundo. Por esse motivo, esta conta é considerada uma conta-espelho das Contas Nacionais, isto é, uma conta que reflete as transações do resto do mundo com a economia nacional.

Tabela 5 - Componentes do PIB sob as três óticas. Esta tabela apresenta os resultados referenciados segundo as três óticas básicas das Contas Nacionais: produção, despesa e renda.

Tabela 6 - PIB, PIB *per capita*, população residente e deflator. Esta tabela relaciona os agregados macroeconômicos constituintes do PIB com a população para estimar o seu valor anual *per capita*, medido a preços correntes e a preços constantes do ano anterior.

A Tabela 7 apresenta os resultados em valor corrente e a preços do ano anterior, bem como a variação em volume anual da formação bruta de capital fixo e sua participação em relação ao PIB. A Tabela 8 mostra o valor corrente de seus componentes segundo categorias de ativos definidas internacionalmente.

As Tabelas 9 a 13 exibem os resultados referentes ao valor adicionado bruto, a saber: valores correntes e constantes, variações de volume e preço e participação das atividades na economia, segundo as atividades.

A Tabela 14 reporta as ocupações por tipo de inserção em grupos de atividades, enquanto a Tabela 15 o total de ocupações desagregado por atividades econômicas.

⁴ Para a definição de residentes, consultar o Capítulo 4, Seção A 2, *Residence*, do manual SNA 2008, no endereço: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>.

Com a introdução no SNA 2008 de um capítulo específico sobre governo e setor público, são publicadas informações sobre o setor público agregado (governo, empresas públicas não financeiras e financeiras), bem como informações, para alguns agregados macroeconômicos, dos setores empresas não financeiras e financeiras, por origem de capital, público e privado.

As Tabelas 16 a 16.3 exibem os principais agregados macroeconômicos por setores institucionais, destacando também a origem de capital segundo a abertura do setor em público ou privado.

A Tabela 17 consolida o recorte por 12 atividades econômicas e pelos cinco setores institucionais para as transações das contas de produção e geração da renda.

Por fim, a Tabela 18 registra os impostos e contribuições sociais, por esfera de governo.

Revisão nas estatísticas de comércio exterior e o Sistema de Contas Nacionais

Em virtude da revisão metodológica nas estatísticas de comércio exterior⁵, efetuada pela Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, do Ministério da Economia, no que se refere à contabilização da energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional nas importações, bem como as operações de exportação e importação ao amparo de regimes aduaneiros especiais, o IBGE explicita, a seguir, os procedimentos previamente adotados e o impacto dessa revisão no Sistema de Contas Nacionais - SCN, de periodicidade anual, e no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT.

Com relação às importações de energia elétrica de Itaipu (energia não utilizada pelo Paraguai e remetida ao Brasil), ambos os Sistemas, desde o ano de referência 2000, imputam os dados recebidos diretamente da empresa às importações. Portanto, o produto energia no SCN não sofreu impacto dessa revisão nas estatísticas oficiais de importação. Além dessas imputações, também é prática comum no Sistema de Contas Nacionais estimar de forma preliminar os dados, ainda não disponíveis, que reflitam fatos macroeconômicos relevantes. Sendo assim, tanto o SCN como o SCNT, previamente, contabilizavam, parcialmente, por meio de estimativas, as operações do regime aduaneiro especial de entreposto industrial sob controle informatizado (RECOF)⁶.

⁵ Para informações mais detalhadas, consultar: BRASIL Secretaria de Comércio Exterior. *Revisão metodológica da contabilização dos fluxos de exportação e importação brasileira de bens*. Brasília, DF: Secex, 2021. Nota técnica n. 1, de 07.04.2021. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/metodologia/NotaTecnicaRevisaoMetodologia.pdf>. Acesso em: out. 2021.

⁶ A concessão do regime aduaneiro especial de entreposto industrial sob controle informatizado (RECOF) foi disciplinada pela Instrução Normativa n. 1291, de 19.09.2012, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Segundo seu Art. 2º, nesse regime é permitido a empresa beneficiária importar ou adquirir no mercado interno, com suspensão do pagamento de tributos, mercadorias a serem submetidas a operações de industrialização de produtos destinados a exportação ou ao mercado interno, limitando-se as operações de industrialização aos seguintes aspectos: montagem, transformação, beneficiamento, e acondicionamento e reacondicionamento. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço:

Com a inclusao das importacoes realizadas sob o RECOF pelas estatisticas oficiais de comercio exterior, ocorrera um acrescimo na serie de importacao do Sistema de Contas Nacionais, mediante o lancamento dos dados totais oficiais em substituicao aos estimados inicialmente. Ressalta-se que os dados divulgados pela SECEX abrangem um numero maior de produtos do que aquele contemplado na estimativa preliminar do Sistema de Contas Nacionais.

O IBGE incorporara esses dados nas proximas divulgacoes do SCN e do SCNT (3o trimestre de 2021), conforme programacao previa de revisoes. Tais divulgacoes incluem possivel atualizacao de fontes de dados e aperfeicoamentos metodologicos, alem da incorporacao de ponderacoes mais atualizadas.

Outro tratamento previamente adotado no Sistema de Contas Nacionais diz respeito ao regime aduaneiro especial de exportacao e de importacao de bens destinados as atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petroleo e de gas natural (REPETRO), previsto na Lei n. 9.478, de 06.08.1997. Nesse regime aduaneiro especial, foram contempladas as maquinas e equipamentos, ferramentas e pecas relacionadas a atividade de petroleo e gas, com destaque para as plataformas petroliferas. Os bens amparados por esse regime, que foram exportados para empresas nao residentes e arrendados por residentes, foram contabilizados como exportacao, tanto no SCN como no SCNT.

No ano de 2017, a Lei 13.586, de 28.12.2017, criou o regime tributario e aduaneiro especial de utilizacao economica de bens destinados as atividades de exploracao, desenvolvimento e producao das jazidas de petroleo e de gas natural (REPETRO-SPED) que permitia as importacoes de bens de permanencia definitiva com isencoes fiscais, alem de outras operacoes. Esse novo regime aduaneiro especial, dentre outras medidas, permitiu a nacionalizacao dos bens sob o regime REPETRO ate 31.12.2020. Essa operacao foi a que representou maior impacto nas estatisticas do comercio exterior, uma vez que concentrou um grande volume de importacoes, principalmente no periodo de 2018 a 2020.

Em virtude da relevancia economica, o procedimento adotado para as plataformas de petroleo, diante dessa mudanca no regime aduaneiro, passou por um estudo baseado nos manuais internacionais. A nacionalizacao das plataformas, classificadas como outros equipamentos de transporte, segundo a Central Product Classification - CPC 2.0, codigo 493 (UNITED NATIONS, 2008), e pertencentes a categoria de ativos fixos maquinas e equipamentos, foi registrada no Sistema de Contas Nacionais, pelo lado da oferta, como um aumento das importacoes e, pelo lado da demanda, como um acrescimo na formacao bruta de capital fixo (FBCF).

De acordo com as recomendacoes do manual *System of national account 2008*, SNA 2008 (UNITED NATIONS, 2009), os ativos fixos classificados em maquinas e equipamentos, assim como as residencias, outras edificacoes e

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=38657&visao=compilado>.

⁷ Para informacoes mais detalhadas sobre os casos em que se aplica o REPETRO, consultar o Decreto n. 6.759, de 05.02.2009, no endereco: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Consultar tambem a Instrucao Normativa n. 1.415, de 04.12.2013, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no endereco: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=48306&visao=compilado>.

estruturas, os equipamentos belicos, os recursos biológicos cultivados, e os produtos de propriedade intelectual (PPI) compoem a FBCF. O registro de aquisicoes liquidas de cessoes desses ativos e realizado quando a propriedade dos ativos fixos e transferida para a unidade institucional que pretende utiliza-los.

O SNA 2008 distingue duas formas de propriedade dos ativos: a legal e a economica. O proprietario legal dos ativos e a unidade institucional com direito e garantia legal aos benef cios associados a esses ativos, enquanto o proprietario economico e a unidade institucional com direito de reivindicar os benef cios relativos ao uso desses ativos no curso da atividade economica, por aceitar os riscos associados.

O registro de operacoes de arrendamento mercantil requer uma analise da propriedade dos ativos, pois em muitos casos o proprietario legal e tambem o proprietario economico, mas ha situacoes em que sao unidades institucionais diferentes, como, por exemplo, no caso do *leasing* financeiro.

O manual *European system of accounts*, ESA 2010 (EUROSTAT, 2013), aponta distincoes entre arrendamento (*leasing*) operacional e arrendamento (*leasing*) financeiro, conforme itens 15.08 e 15.13. No *leasing* operacional, o proprietario legal tambem e o proprietario economico, assumindo os riscos operacionais e recebendo os benef cios do ativo. Por sua vez, no *leasing* financeiro, o arrendador e o proprietario legal e o arrendatario detem apenas a propriedade economica.

Conforme as definicoes desses manuais, as plataformas no Sistema de Contas Nacionais se enquadram como um *leasing* operacional. No caso do *leasing* financeiro as operacoes deveriam estar registradas no balanco patrimonial das empresas residentes e os pagamentos efetuados a nao residentes deveriam estar registrados como pagamentos de juros e reembolsos e nao como importacao de servicos de aluguel, o que foi o caso.

Durante o periodo sob o regime aduaneiro REPETRO, os contratos das empresas residentes de locacao de plataformas foram considerados como arrendamento operacional, uma vez que, no balanco de pagamentos, sao registradas importacoes de servicos referentes aos servicos de aluguel. Portanto, nos anos de vigencia do REPETRO a unidade nao residente e quem detinha a propriedade legal e economica das plataformas em uso no Brasil.

Conforme a sexta edicao do manual *Balance of payments and international investment position manual*, BPM6 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009), as operacoes de troca entre residentes e nao residentes devem ser registradas no Balanco de Pagamentos, mesmo que nao ocorra movimentacao de entrada e sada real de bens do territorio. Como e o criterio da residencia que define os registros, os bens incluidos no REPETRO continuam sendo compilados no Balanco de Pagamentos pelo Banco Central do Brasil nas operacoes de troca de propriedade entre residentes e nao residentes.

Com base nessas consideracoes e nas recomendacoes dos manuais internacionais (SNA 2008, ESA 2010 e BPM6) em relacao ao tema, tanto o SCN como o SCNT mantem a sistematica adotada na serie, ano de referencia 2010, em relacao ao registro das operacoes relacionadas ao REPETRO, consistente tambem com o registro no Balanco de Pagamentos.

Referencias

BRASIL. Decreto n. 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administracao das atividades aduaneiras, e a fiscalizacao, o controle e a tributacao das operacoes de comercio exterior. *Diario Oficial da Uniao*: secao 1, Bras lia, DF, ano 146, n. 26, p. 1-47, 6 fev. 2009. Retificado em 17.09.2009. Dispon vel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispoe sobre a pol tica energetica nacional, as atividades relativas ao monopolio do petroleo, institui o Conselho Nacional de Pol tica Energetica e a Agencia Nacional do Petroleo e da outras providencias. *Diario Oficial [da] Republica Federativa do Brasil*: secao 1, Bras lia, DF, ano 135, n. 150, p. 16925-16932, 7 ago. 1997. Dispon vel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.586, de 28 de dezembro de 2017. Dispoe sobre o tratamento tributario das atividades de exploracao e de desenvolvimento de campo de petroleo ou de gas natural; institui regime tributario especial para as atividades de exploracao, de desenvolvimento e de producao de petroleo, de gas natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis n. 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei n. 62, de 21 de novembro de 1966. *Diario Oficial da Uniao*: secao 1, Bras lia, DF, ano 154, n. 249, p. 1-3, 29 dez. 2017. Dispon vel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13586.htm. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Instrucao Normativa n. 1291, de 19 de setembro de 2012. Dispoe sobre o Regime Aduaneiro Especial de Enterposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof). *Diario Oficial da Uniao*: secao 1, Bras lia, DF, ano 149, n. 184, p. 31-35, 21 set. 2012. Dispon vel em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=38657&visao=compilado>. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Instrucao Normativa n. 1.415, de 4 de dezembro de 2013. Dispoe sobre a habilitacao e a aplicacao do regime aduaneiro especial de exportacao e importacao de bens destinados as atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petroleo e de gas natural (Repetro). *Diario Oficial da Uniao*: secao 1, Bras lia, DF, ano 150, n. 236, p. 165-169, 5 dez. 2013. Dispon vel em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=48306&visao=compilado>. Acesso em: out. 2021.

BRASIL Secretaria de Comercio Exterior. *Revisao metodologica da contabilizacao dos fluxos de exportacao e importacao brasileira de bens*. Bras lia, DF: Secex, 2021. Nota tecnica n. 1, de 07.04.2021. Dispon vel em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/metodologia/NotaTecnicaRevisaoMetodologia.pdf>. Acesso em: out. 2021.

CLASSIFICACAO nacional de atividades economicas - CNAE: versao 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Dispon vel em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>. Acesso em: out. 2021.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *Petroleum & other liquids: prices*. Washington, DC: EIA, 2020. Dispon vel em: <http://www.eia.gov/petroleum/data.cfm>. Acesso em: out. 2021.

EUROSTAT. *European system of accounts - ESA 2010*. Luxembourg: Statistical Office of the European Commission, 2013. 652 p. Dispon vel em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-02-13-269>. Acesso em: out. 2021.

GRUPO DE EXPERTOS ASESORES DEL PROCESO DE ACTUALIZACION DEL SCN 1993. *Actualizacion del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993)*: conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusion de los participantes. Santiago de Chile: Comision Economica para America Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Dispon vel em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/AEG/recommendations/flprsp.pdf>. Acesso em: out. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Balance of payments and international investment position manual*. 6th ed. Washington, DC: IMF, 2009. 351 p. Dispon vel em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>. Acesso em: out. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Government finance statistics manual 2014*. Washington, DC: IMF, 2014. 446 p. Dispon vel em: <http://www.imf.org/external/np/sta/gfsm>. Acesso em: out. 2021.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 4. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2008. 291 p. (Statistical papers. Series M, n. 4/rev. 4). Dispon vel em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_4rev4e.pdf. Acesso em: out. 2021.

SERUZIER, M. *Construire les comptes de la nation: selon le SCN 1993*. Paris: Economica, c1966. 753 p. (Economie et statistiques avancees).

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of national accounts 1993*. New York, 1993. 814 p. Preparado sob os ausp cios de United Nations, Commission of the European Communities - Eurostat, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Dispon vel em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>. Acesso em: out. 2021.

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of national accounts 2008*. New York, 2009. 662 p. Preparado sob os ausp cios de United Nations, European Commission, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Dispon vel em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Acesso em: out. 2021.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *Central product classification - CPC*. Version 2. New York: UNSD, 2008. Dispon vel em: <https://stats-class.fao.uniroma2.it/caliper/classification-page/38>. Acesso em: out. 2021.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *National accounts: a practical introduction*. New York, c2004. 139 p. (Studies in methods. Series F, n. 85). Acima do título: Handbook of national accounting. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf. Acesso em: out. 2021.

UNITED NATIONS. Statistics Division. National accounts official country data. *In*: UNITED NATIONS. Statistics Division. *UNdata*. New York: UNSD, 2021a. Disponível em: <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=SNA>. Acesso em: out. 2021.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *UNdata*. New York: UNSD, 2021b. Disponível em: <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=SNA>. Acesso em: out. 2021.

Glossario

acoes cotadas Acoes cotadas em Bolsas de Valores.

acoes nao cotadas e outras participacoes Acoes nao cotadas em Bolsas de Valores e outras participacoes em todas as formas de capital proprio, exceto as acoes cotadas e nao cotadas.

ajustamento CIF/FOB Conciliacao das diferentes avaliacoes utilizadas na importacao: o total da importacao e avaliado a precos FOB (do Ingles *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros), e, na abertura por produto, a precos CIF (do Ingles *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

atividade economica Conjunto de unidades de producao caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua producao principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupanca bruta mais as transferencias liquidas de capital a receber, menos o valor da formacao bruta de capital fixo, menos a variacao de estoques, menos o valor das aquisicoes liquidas de ativos nao financeiros. Quando o saldo e positivo, indica a existencia de um superavit, e, quando negativo, indica a existencia de um deficit que tera que ser financiado por meio da emissao de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatisticas fiscais Resultado operacional liquido menos a aquisicao liquida de ativos nao financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisicao liquida de ativos nao financeiros, exclu do, tambem, o consumo de capital fixo). Tambem e igual a aquisicao liquida de ativos financeiros menos o incorrimento liquido de passivos. E um indicador sintetico que revela a medida em que o governo poe recursos financeiros a disposicao de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

carga tributaria bruta Quociente entre o somatorio das arrecadacoes de impostos, taxas e contribuicoes e o produto interno bruto.

carga tributaria liquida Quociente entre o somatorio das arrecadacoes de impostos, taxas e contribuicoes, deduzido das despesas com subsdios, benefcios e transferencias para instituicoes privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

consumo final efetivo das familias Despesas de consumo das familias mais o consumo realizado por transferencias sociais em especie das unidades das administracoes publicas ou das instituicoes sem fins de lucro a servico das familias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com servicos de carater coletivo.

consumo intermediario Bens e servicos consumidos como insumos de um processo de producao, excluindo os ativos fixos; os bens e servicos podem ser transformados ou utilizados no processo de producao.

contribuicoes sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdencia,

aos regimes próprios de previdência, as entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação da Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

créditos comerciais e adiantamentos Créditos comerciais por bens e serviços extensivos às sociedades, ao governo, às instituições sem fins de lucros a serviço das famílias, as famílias e ao resto do mundo, bem como os adiantamentos de pagamentos por serviços em andamento.

deflator Variação média dos preços do período em relação a média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação a média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume, ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário, e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

depósito transferível Depósito que pode ser imediatamente conversível em numerário, ou facilmente transferível por meio de cheque, ordem de pagamento, cartão de crédito ou similar, e utilizado, normalmente, para efetuar pagamentos.

derivativos financeiros Instrumentos financeiros que estão vinculados a um instrumento ou indicador financeiro específico ou a uma mercadoria, mediante os quais se pode negociar riscos específicos nos mercados financeiros.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

direitos de seguros de vida e rendas vitalícias Montante das indenizações que possuem os titulares de apólices frente a uma empresa que oferece seguro de vida ou rendas vitalícias.

direitos sobre os fundos de pensão Montante dos direitos financeiros dos pensionistas atuais e futuros, seja do empregador, seja de um fundo designado pelo empregador, para o pagamento de pensões ganhas como parte de um acordo de compensação entre empregador e empregado.

empréstimos Ativos financeiros criados quando os credores emprestam fundos diretamente aos devedores e que estão registrados em documentos não negociáveis. São considerados de curto prazo os empréstimos que têm vencimento original de um ano ou menos, e, de longo prazo, aqueles com vencimento original de mais de um ano.

entradas de mercadorias Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acrescimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos, ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos, ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

numerário Notas e moedas em circulação, utilizadas normalmente para pagamentos.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

ouro monetário Ouro de propriedade das autoridades monetárias, como o Banco Central do Brasil, e que se mantém como ativo de reserva. Os direitos especiais de saque são ativos internacionais de reservas criados pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), atribuídos aos países-membros na proporção das respectivas cotas nesse organismo internacional.

outros depósitos Depósitos que não podem ser utilizados para fazer pagamentos. Fazem parte dessa classificação os depósitos de poupança, os depósitos a prazo fixo, e os certificados de depósitos não negociáveis.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

participação de capital Instrumentos e registros em que se reconhecem os direitos sobre o valor residual das sociedades, uma vez satisfeitos os direitos de todos os credores.

participações em fundos de investimentos Investimentos coletivos em outros ativos.

população residente 1. (Censo Demográfico) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação aquela data.

2. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação aquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados aos usos finais, sendo, portanto, equivalente a soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente a soma dos usos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente a soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual a despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques,

mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda - o produto interno bruto é igual a remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo. 2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior, menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos) que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

reservas técnicas de seguros não vida Pagamentos antecipados de prêmios líquidos e reservas para a cobertura de indenizações pendentes dos seguros não vida.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos, ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo,

permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas a elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o produto interno bruto, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

títulos de dívidas Instrumentos negociáveis que servem como comprovantes da existência de uma dívida, tais como letras, bonus, certificados de depósitos negociáveis, títulos de renda fixa, debêntures, entre outros. São considerados de curto prazo os títulos de dívidas que têm vencimento original de um ano ou menos, e, de longo prazo, aqueles com vencimento original de mais de um ano.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Equipe

Alessandra Soares da Poca
Amanda Mergulhao Santos Barros
Amanda Rodrigues Tavares
Andre Artur Pompeia Cavalcanti
Andre Rodrigues Pereira
Barbara de Oliveira Brasil Correa
Camila Unis Krepsky
Carlos Cesar Bittencourt Sobral
Carmen Maria Gadea de Souza
Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte
Claudia Coelho Reis
Claudia Dionisio Esternio
Cristiano de Almeida Martins
Daniel Rodrigues Caetano
Douglas Moura Guanabara
Evaldo Gomes Rangel
Felipe Castor Cordeiro de Sousa
Felipe de Oliveira Sampaio
Flavia Cahete Lopes Carvalho
Gabriela Cavalcanti de Araujo Martins
Guilherme Haluska Rodrigues de Sa
Gustavo Chalhoub Garcez
Hugo Araujo Saramago
Julio Cesar Siqueira
Katia Namir Machado Barros
Marcio Resende Ferrari Alves
Mateus Zorzaneli Silva
Michel Vieira Lapip
Patricia Schmitt Fontenelle
Paulo Henrique Polly Montoya
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Renata Del Vecchio Gessullo
Ricardo de Souza Ribeiro
Samuel Cruz dos Santos
Sarah Tavares Correa Cunha
Sidneia Reis Cardoso
Tassia Gaze Holguin
Teresa Cristina Bastos

Colaboradores

Centro de Documentacao e Disseminacao de Informacoes

Coordenacao de Producao

Marisa Sigolo Mendonca

Gerencia de Editoracao

Estruturacao textual do Informativo

Leonardo Ferreira Martins

Projeto grafico do Informativo

Monica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerencia de Documentacao

Pesquisa e normalizacao documental

Aline Loureiro de Souza

Ana Raquel Gomes da Silva

Isabella Carolina do Nascimento Pinto

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Elaboracao de resumos indicativos e padronizacao de glossarios

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerencia de Grafica

Impressao e acabamento do Informativo

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques